

A UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO NUM SISTEMA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E A INVIABILIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO PERMANENTE

Noelio Dantaslé Spinola¹

Carolina de Andrade Spinola²

Resumen

Este texto reúne algunas reflexiones sobre la cuestión del desarrollo y del crecimiento económico. Los autores critican las diferentes clasificaciones que se aplican a las diferentes etapas de progreso de las naciones y defienden una posición ya adoptada por autores como Paul Baran, Celso Furtado, Giovanni Arrighi, Herman Daly y otros. Estos autores dicen ser el crecimiento económico limitado, en el mediano plazo, por el agotamiento de los recursos productivos y el desarrollo económico, una utopia, especialmente para los países periféricos. Por lo tanto, llegamos a la conclusión de que el debate sobre el desarrollo es esencial actualmente, tanto por el estancamiento económico y el deterioro de las condiciones sociales en gran parte de la periferia capitalista en cuanto a los límites ecológicos de la sociedad de consumo. El desafío es repensar el desarrollo, teniendo en cuenta este conjunto de problemas

Palabras-claves: desarrollo económico; crecimiento económico; desarrollo local; economía regional; Brasil.

Abstract

This text brings together some thoughts on the issue of development and economic growth. The authors criticize the various classifications that apply to the different stages of progress of nations and advocate it as a position adopted by authors such as Paul Baran, Celso Furtado, Giovanni Arrighi, Herman Daly and others. These authors claim to be economic growth limited, in the medium term, by the depletion of productive resources and economic

¹ Doutor em Geografia e História pela Universidade de Barcelona (ES). Professor Titular de Economia Regional e Métodos de Análise Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS). E - mail: dantasle@uol.com.br

² Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (ES). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS) E-mail: carolina.spinola@unifacs.br

development, a utopia, especially for peripheral countries. Therefore, we conclude that the discussion about development is essential nowadays, both because of economic stagnation and the increase of social deterioration in large parts of the capitalist periphery as for the very ecological limits of consumer society. The challenge is to rethink development, taking into consideration this set of problems

Keywords: economic development; economic growth; local development; regional economy; Brazil

Resumo

Este texto reúne algumas reflexões sobre a problemática do desenvolvimento e do crescimento econômico. Os autores criticam as diversas classificações aplicadas aos diferentes estágios do progresso das nações e defendem uma posição já assumida por diferentes autores como Paul Baran, Celso Furtado, Giovanni Arrighi, Herman Daly e muitos outros que afirmam ser o crescimento econômico limitado em médio prazo pela exaustão dos recursos produtivos e o desenvolvimento econômico, uma utopia, notadamente para os países periféricos. Desta forma, conclui-se que a retomada da discussão acerca do desenvolvimento parece indispensável nos dias de hoje, seja em razão da situação de estagnação econômica e da deterioração das condições sociais de vastas regiões da periferia capitalista nesse contexto de globalização, seja em razão dos próprios limites ecológicos da sociedade de consumo. O grande desafio consiste em repensar o desenvolvimento levando em consideração esse conjunto de problemas

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Endógeno;

(JEL) Classification System: 01; 017; 018; 054.

Introdução

É no mundo subdesenvolvido que o fato central e dominante de nossa época se torna visível a olho nu: o sistema capitalista, inicialmente poderoso instrumento de desenvolvimento econômico, converteu-se em não menos formidável obstáculo ao progresso humano.

Paul Baran (1960, p.296)

Atinge-se um estágio satisfatório de desenvolvimento econômico quando se consegue reduzir a pobreza a níveis toleráveis, ou seja, aqueles onde estão assegurados os padrões mínimos de segurança alimentar; erradicada a miséria, desconcentrada a renda e democratizado o acesso coletivo às melhores condições de vida, propiciadas pelo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da humanidade.

No alvorecer do século XXI, observando os acontecimentos dos últimos setenta anos, somos absolutamente céticos quanto às reais possibilidades do Brasil, e dos demais países da América Latina, conseguirem atingir esse patamar de progresso sonhado pelos seus planejadores e sucessivos governantes. Sobretudo quando observada a sua totalidade territorial, que abriga enormes disparidades econômicas e sociais, e uma brutal desigualdade nos níveis da renda.

No painel de classificações hierárquicas com as quais as organizações internacionais ordenam a participação dos países no cenário internacional cabe ao Brasil uma posição de país “emergente” ou, de forma menos política, de economia periférica. Como definiu Guimarães (1999, p.13) em sua obra, já clássica, *500 Anos de Periferia – Uma contribuição ao estudo da política internacional*, o periférico é um “país não desenvolvido, de grande população e território, não inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos”.

Estacionado há 500 anos, como diz Guimarães (1999), na periferia das grandes potências capitalistas, há quase um século que se esforça o Brasil na busca do seu desenvolvimento aplicando em diferentes formas e graus de intensidade todo o receituário prescrito pelas diversas escolas e correntes do desenvolvimentismo.

Não obstante, como demonstra a Tabela 1, do ponto de vista estatístico, para o sistema capitalista, que se preocupa exclusivamente com o processo de acumulação de riqueza, coloca-se o Brasil entre as 10 maiores economias do mundo ocupando a 8ª posição no *ranking*, respondendo por um PIB de US\$ 2.172.058 milhões superando países ditos desenvolvidos como a França, Itália, Espanha, Canadá e, ironicamente, a Noruega que é a campeã absoluta do desenvolvimento humano (Ane, 2011, p 1)

Contudo para aqueles que se dedicam à questão social é preocupante a classificação do País no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 2011, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde ocupa a 84ª posição correspondente ao índice 0,718. Esta situação é muito pior quando considerado o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHA-D) que considera a desigualdade da renda no País e “ajusta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) à desigualdade na distribuição de cada dimensão pela população.” (PNUD, 2011, p.235). Sendo assim o IDHA-D equivale ao IDH quando não existe desigualdade de renda no País, mas diminui em relação ao IDH à medida que a desigualdade cresce. Segundo o PNUD (2011, p.235), **o IDHAD deve ser considerado como o nível real de desenvolvimento humano** (levando em consideração a desigualdade), ao passo que o IDH pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” (ou o nível máximo de IDH), que pode ser alcançado se não existir desigualdade. Isto posto, com um IDHA-D de 0,519 em 2011, o Brasil recuará 13 pontos na sua classificação passando para o 97º lugar, resultado próximo ao de países como a República Dominicana e o Suriname.

Tabela 1 – PIB MUNDIAL – RANKING 45 PAÍSES – 2010. RANKING NO INDÍCE DE DESENVOLVIMENTO

PAÍS	US\$MILHÕES	POSIÇÃO NO IDH	PAÍS	US\$MILHÕES	POSIÇÃO NO IDH
1. Estados Unidos	14, 657,800	04	24. Tailândia	584,768	103
2. China	10,085, 708	101	25. África do Sul	524,341	123
3. Japão	4, 309,432	12	26. Egito	498,176	113
4. Índia	4, 060,392	134	27. Paquistão	464,711	145
5. Alemanha	2, 940,434	09	28. Colômbia	429,866	87
6. Rússia	2, 222,957	66	29. Malásia	412,302	61
7. Reino Unido	2, 172,768	28	30. Bélgica	392,862	18
8. Brasil	2, 172,058	84	31. Nigéria	374,323	156
9. França	2, 145,487	20	32. Suécia	352,327	10
10. Itália	1, 773,547	24	33. Filipinas	350,279	112
11. México	1,629, 917	57	34. Venezuela	346,973	73
12. Coreia do Sul	1, 459,246	15	35. Áustria	330,496	19
13. Espanha	1, 368,642	23	36. Suíça	325,305	11
14. Canadá	1, 330,272	06	37. Grécia	322,555	29
15. Indonésia	1, 029,884	124	Hong-Kong	322.486	13
16. Turquia	960,511	92	38. Ucrânia	302,679	76
17. Austrália	882,362	02	39. Singapura	291,712	26
18. Taiwan	821,781	-	40. Vietnã	275,639	128
19. Irã	818,653	88	41. Peru	274,276	80
20. Polônia	721,319	39	42. Rep. Checa	260,566	27
21. Holanda	676,700	03	43. Chile	257,546	44
22. Argentina	632,223	45	44. Bangladesh	257,545	146
23. Arábia Saudita	619,826	56	45. Noruega	255,505	01

HUMANO – IDHA (2011)

Fontes PIB Organização Mundial do Comércio (OMC); Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial. APUD: <http://academia-ane.blogspot.com.br/2011/02/pib-ranking-da-economia-mundial-gdp-ppp.html>

Observações: 1) nos valores, troca do “ponto” pela “vírgula”; 2) dados relativos aos 45 primeiros países classificados, membros do FMI, da República da China (Taiwan), e de Hong-Kong. A fonte informa o Total Mundial - GDP (PPP) = \$ 74, 264,873 milhões, e da União Européia - GDP (PPP) = \$ 15, 170,419 milhões. Os dados estão em milhões de dólares internacionais, calculados pelo FMI:

Fontes IDH: Cálculos realizados por la Oficina encargada del Informe basados en datos de ONU-DAES (2011), Barro y Lee (2010b), Instituto de Estadística de la UNESCO (2011), Banco Mundial (2011a) y FMI (2011).

Mesmo assim, o Brasil foi o único entre os chamados Brics - grupo que inclui ainda Rússia, Índia, China e África do Sul - a reduzir o abismo entre ricos e pobres em 15 anos, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tendo o seu índice Gini, que mede a desigualdade de um país, caído de 0,61 para 0,55 entre 1993 e 2008. Entretanto, observou a OCDE, o Gini do Brasil ainda é maior que em todos os principais emergentes, à exceção da África do Sul. É também o dobro da média dos ricos. No país, os 10% mais ricos ganham nada menos que 50 vezes mais do que os 10% mais pobres, um dos maiores abismos do mundo. Maior que emergentes como Chile, México e Turquia. No Chile e no México, a diferença é de 25 vezes, mas segundo a OCDE está caindo. Na Turquia, a diferença é de 14 vezes - a mesma que nos EUA e em Israel.

Toda esta estatística demonstra como estamos distantes do almejado desenvolvimento e como são ilusórias as notícias maciçamente divulgadas pelo *establishment* e propagadas pelo marketing governamental.

Há quase meio século, escrevendo sobre o mito do desenvolvimento, explicava Celso Furtado (1974, p.15) como estes têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social. Funcionam como faróis que iluminam o campo de percepção dos cientistas sociais permitindo-lhes vislumbrar com clareza certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo em que lhes assegura certo conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realizam surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva. Neste sentido, não sem certa desilusão, constatava Celso Furtado que pelo menos noventa por cento da literatura sobre desenvolvimento econômico produzida até aquela já distante época se fundava na ideia que se dava por evidente “segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos grandes países que lideraram a revolução industrial pode ser universalizado.” (1974, p.16). Ou seja, pretendia-se especificamente que os padrões de consumo da minoria da humanidade que vive no primeiro mundo fossem acessíveis às grandes massas que sobrevivem no terceiro mundo. Esta ideia, segundo Furtado, era “seguramente uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.”(Ibid.16)

Também Paul Baran, no final da década de 1950, e no auge da Guerra Fria, com a expectativa da vitória do socialismo na então União Soviética dizia que:

(...), o desenvolvimento econômico sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante da produção, da distribuição e do consumo. O desenvolvimento econômico sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do “status quo”, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social existente, das instituições e costumes prevalecentes. O desenvolvimento econômico sempre foi marcado por choque mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e ganhou terreno novo – nunca foi um processo suave e harmonioso se desdobrando, placidamente ao longo do tempo e do espaço (Baran 1960, p.14)

Estarão certos os neomalthusianos quando afirmam que se caminha para uma era de graves e duradouros conflitos regionais e mundiais, na medida em que a maioria dos sete bilhões de terráqueos quiser ascender às condições mínimas de segurança alimentar? E que tal pretensão acabará com a humanidade ou dará forma a uma nova ordem social cujos padrões serão estabelecidos pelos mais fortes com a eliminação radical ou submissão dos mais fracos, confirmando as profecias de Huxley (1969)³ ? É o que cabe discutir.

Além desta introdução e de uma conclusão, para cumprir o objetivo proposto neste ensaio são examinados, em dois títulos, os novos aportes teóricos que pretendem instrumentar a teoria do desenvolvimento regional com enfoque gestado a partir da ruptura do denominado paradigma fordista e responder com maior eficácia às características e peculiaridades de economias menos desenvolvidas e, muitas vezes, ainda não absorvidas pelo processo de globalização. Neste sentido serão discutidos os aspectos teleológicos de categorias tais como desenvolvimento local, endógeno e autossustentável, que representam diferentes estratégias e, por isto mesmo, comportam diferentes abordagens.

³ Em 1946, no extraordinário prefácio de *Admirável Mundo Novo*, escreveu Huxley: “Um estado totalitário verdadeiramente eficiente seria aquele em que o executivo todo-poderoso de chefes políticos e seu exército de administradores controlassem uma população de escravos que não tivessem de ser coagidos porque amariam sua servidão”. (Huxley, 1969, p.6)

Ciclo de vida da teoria do desenvolvimento

A consolidação da disciplina como o suporte teórico das políticas econômicas dos países, notadamente o planejamento regional, somente ocorreu no mundo ocidental, principalmente nos países subdesenvolvidos⁴, a partir das décadas de 1930/1940 no bojo da revolução keynesiana que eclodiu em 1936, como uma resposta ao fracasso do paradigma liberal, desmoralizado pela Grande Depressão de 1929 e após a Segunda Guerra Mundial como resultado das macrodecisões emanadas da conferência de *Bretton Woods*.

Segundo Fiori (2012, p.1) a hegemonia do pensamento desenvolvimentista, na América Latina, deita raízes na década de 1930, se consolida nos anos 50, passa por uma autocrítica nos anos 60, e perde seu vigor intelectual na década de 1980. Em sua opinião:

(...) é possível identificar, ao longo deste período, três grandes matrizes teóricas que organizaram o debate em torno ao papel do Estado no desenvolvimento econômico, e contribuíram para a construção e legitimação da ideologia nacional-desenvolvimentista: I) a teoria weberiana da modernização, contemporânea da teoria das etapas do desenvolvimento econômico, de Walter Rostow. Sua proposta de modernização supunha e apontava, ao mesmo tempo, de forma circular, para uma idealização dos estados e dos sistemas políticos europeu e norte-americano; II) a teoria estruturalista do "centro-periferia" e do intercambio desigual, formulada pela CEPAL. Sua defesa intransigente da industrialização lembra o nacionalismo econômico de Friedrich List e Alexander Hamilton, mas não dá a mesma importância destes autores, aos conceitos de nação, poder e guerra; e, finalmente, III) a teoria marxista da "revolução democrático-burguesa" que via no desenvolvimento e na industrialização o caminho necessário de amadurecimento do modo de produção capitalista e da própria revolução socialista. Sua interpretação e estratégia traduziam de forma quase sempre mecânica experiências de outros países, sem maior consideração pela heterogeneidade interna da América Latina. Estas três teorias consideravam que o desenvolvimento econômico era um objetivo indiscutível e consensual, capaz de constituir e unificar a nação; se propunham construir economias nacionais autônomas e sociedades modernas e democráticas; consideravam que a industrialização era o caminho necessário

⁴ O planejamento estatal, centralizado, surgiu em 1920, com a Comissão do Estado para Eletrificação da Rússia (GoEiro) e, em seguida, com a Comissão de Planejamento do Estado (Gosplan) que possuía objetivos mais amplos. A Gosplan existiu durante toda a vida da URSS e serviu de modelo e inspiração para o planejamento estatal no mundo (Hobsbawm, 1995, p.369)

da autonomia e da modernidade, ou mesmo da construção socialista; e, finalmente, propunham que o Estado cumprisse o papel estratégico de *condottiere* desta grande transformação.

No Brasil foi preponderante, nesta época, a influência do pensamento keynesiano nas análises formuladas por autores estrangeiros dedicados ao estudo do subdesenvolvimento, entre os quais Raul Prebisch, Paul Baran, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Walter Rostow, Rosenstein-Rodan, e Ragnar Nurkse, e brasileiros como Celso Furtado, Roberto Campos, Rômulo Almeida, Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe e Maria da Conceição Tavares, entre outros que contribuíram para a formação das diretrizes da CEPAL e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, fundamentando teoricamente o planejamento que veio a desenvolver-se no país, inclusive o modelo de substituição de importações e, politicamente, o que se convencionou denominar de paradigma nacional-desenvolvimentista.

Numa revisão histórica, notadamente dos aspectos sociais, são questionáveis os resultados da experiência brasileira de planejamento do seu desenvolvimento. É inegável o expressivo *crescimento econômico* do país na segunda metade do século XX, sobretudo no período que vai de 1946 até 1980, graças à realização de muitas das medidas e ações preconizadas nos diversos planos elaborados no período. Porém, não foi atingido o padrão de desenvolvimento econômico desejável e, ao encerrar o século, se observou a manutenção de um considerável desequilíbrio inter-regional, acentuada concentração da renda e a permanência de uma elevada parcela da população vegetando abaixo da linha de pobreza, continuando o país dependente, em grande escala, dos humores do capitalismo internacional.

Fiori (2012, p.1) observa que “duas coisas chamam a atenção, nesta história desenvolvimentista. A primeira, é que apesar desta ampla convergência estratégica, as políticas desenvolvimentistas só tenham sido aplicadas de forma muito pontual, irregular e descoordenada”. E defende a tese – polêmica – de que, no Brasil, a matriz teórica e estratégica que teve mais importância foi a que se baseou na teoria da segurança nacional, iniciada com a Revolução de 30 (na ditadura de Getúlio Vargas e no Estado Novo) e posteriormente sequenciada no Movimento Militar do período de 1964 a 1985 sob o suporte ideológico da Escola Superior de Guerra (ESG) com os contributos dos economistas Roberto de Oliveira Campos, João Paulo dos Reis Veloso, Octávio Gouveia de Bulhões e Mario Henrique Simonsen.

No final da década de 1980, marcadas pela avalanche do neoliberalismo e do Consenso de Washington, as teorias do desenvolvimento entraram em recesso no Brasil e em toda a América Latina, no bojo das ideias do Estado Mínimo e na abolição do planejamento econômico estatal. A propósito da crise atravessada pela Teoria do Desenvolvimento, vale transcrever o testemunho de Satrústegui (2009, p 3) quando diz:

A lo largo de las últimas décadas, la economía del desarrollo y, más en general, los estudios sobre desarrollo – entendidos de manera amplia como el análisis de las condiciones capaces de favorecer el progreso y el bienestar humanos - atraviesan por una cierta crisis (...)Es preciso resaltar a este respecto el devastador efecto producido por el reduccionismo conceptual y metodológico que ha ido imponiéndose en ciertos ámbitos académicos, el cual ha dejado a los estudios sobre desarrollo huérfanos de algunas perspectivas de épocas anteriores y dotados de menos instrumentos para, paradójicamente, tener que afrontar el análisis de fenómenos mucho más complejos (un problema que ya fue apuntado hace casi tres décadas por Hirschman, 1980, al referirse a la “vuelta a la monoeconomía” en su famoso ensayo **Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo**).

Hirschman antevia, com efeito, a revolução neoliberal e a volta do paradigma que ele denominava de *monoconomia*, ou seja, a validade da aplicação universal da teoria econômica gestada no primeiro mundo. Dizia Hirschman (1980, p.1057): “

Entiendo por rechazo de la tesis monoeconómica **la concepción de que los países subdesarrollados se separan como un grupo, mediante varias características económicas específicas comunes a ellos, de los países industriales avanzados**, y que el análisis económico tradicional, concentrado en estos últimos países, deberá modificarse, en consecuencia, en algunos aspectos importantes, cuando se aplique a los países subdesarrollados. (Grifos nossos).

Hirschman criticava o efeito devastador produzido pelo reducionismo conceitual e metodológico que passou a dominar a academia, deixando desestruturados os estudiosos das questões vinculadas ao desenvolvimento, vez que os novos instrumentos apresentados não estavam à altura da análise e enfrentamento de uma problemática cada vez mais complexa. Segundo ele (1980, p. 1073)

No apareció ninguna síntesis nueva. Pueden ofrecerse varias explicaciones. Por una parte, la economía del desarrollo había sido construida sobre un concepto, el "país subdesarrollado típico", que se volvió cada vez menos real a medida que el desarrollo proseguía a tasas muy diferentes y asumía formas muy distintas en los diversos países de la América Latina, Asia y África. La ley del desarrollo desigual de Lenin, formulada originalmente para las grandes potencias imperialistas, se aplicaba al Tercer Mundo. Se puso en claro, por ejemplo, que para los fines de las proposiciones más elementales de la estrategia del desarrollo los países muy poblados difieren sustancialmente de los mini estados cada vez más numerosos del Tercer Mundo así como aparecieron muy pocos problemas en común entre los países en desarrollo exportadores e importadores de petróleo. **El concepto de un cuerpo unificado de análisis y de recomendaciones de políticas para todos los países subdesarrollados, que contribuyó en buena medida al surgimiento de la subdisciplina, se convirtió en cierto sentido en una víctima del éxito mismo del desarrollo y de su desigualdad.** Pero había una razón más poderosa para que la economía del desarrollo no pudiera experimentar una recuperación decisiva ante los ataques de que la habían hecho objeto los críticos: la serie de desastres políticos que afectaron a varios países del Tercer Mundo a partir de los años sesenta, los que estaban claramente conectados de algún modo a las tensiones que acompañan al desarrollo y la "modernización". Estos desastres del desarrollo que iban desde las guerras civiles hasta el establecimiento de regímenes autoritarios criminales, no podían dejar de desconcertar a un grupo de científicos sociales que, después de todo, no habían iniciado el cultivo de la economía del desarrollo después de la segunda Guerra Mundial como especialistas estrechos, sino impelidos por la visión de un mundo mejor... (Grifos nossos).

Nova economia regional, ou variações em torno do mesmo tema?

O aparente esgotamento do modelo "fordista" de produção⁵ e as transformações dos processos produtivos a partir da década de 1970, demonstrado pelo declínio persistente de regiões

⁵ Segundo Martinelli e Schoenberger, apud Benko (1994, p.103) **este esgotamento é mais ficção do que realidade.** Elas afirmam que, *para os oligopólios e para as empresas gigantes, produção e concorrência são perfeitamente compatíveis com um aumento da flexibilidade.* Da mesma forma Bussato e Costa Pinto (2005) acrescentam que *o movimento de reestruturação produtiva (flexibilização/fragmentação da produção) se vincula a uma nova divisão internacional do trabalho, associada, muito mais, à descentralização da produção da grande firma, mantendo ou até mesmo ampliando o controle, do que aos movimentos autônomos das pequenas e médias empresas, estruturadas em novos distritos industriais marshallianos.*

fortemente industrializadas (Benko; Lipietz, 1994), e a expansão econômica de novas regiões (Storper; Scott, 1986), conduziram a substanciais mudanças nas teorias e políticas de desenvolvimento regional.

Porém, aos apressados em incluir o Brasil nos novos estágios que são identificados para a evolução econômica e industrial dos países do primeiro mundo, como o pós-fordismo, por exemplo, vale observar a seguinte colocação de Lipietz (1995 p 21):

En los años setenta aparecen los "Nuevos Países Industrializados" (NPI). Brasil y Corea del Sur son los ejemplos más importantes. Aspectos de sus modelos de desarrollo han sido examinados anteriormente bajo dos títulos: la "taylorización primitiva" y el "fordismo periférico" (Lipietz [1985a]). **La taylorización primitiva** (o sanguinaria). Este concepto trata el caso de deslocalización de segmentos limitados de ramas industriales fordistas hacia formaciones sociales con tasas de explotación muy elevadas (en cuanto a salarios, duración e intensidad del trabajo, etc.), siendo principalmente exportados los productos hacia países más avanzados... **El fordismo periférico**. Como el fordismo, se basa en el acoplamiento de la acumulación intensiva y del crecimiento de los mercados finales. Pero permanece "periférico" en este sentido, en que los circuitos mundiales de las ramas productivas, los empleos cualificados (sobre todo en la ingeniería) se mantienen mayoritariamente ajenos a estos países. Además, los recursos corresponden a una específica combinación del consumo local de las clases medias, del consumo creciente de bienes duraderos por los trabajadores y de exportaciones a bajo precio hacia los capitalismos centrales. **En esta situación (...) el porvenir de Brasil queda abierto a tres posibilidades: una vuelta al taylorismo primitivo, una consolidación del fordismo periférico e incluso una evolución hacia el fordismo con evoluciones locales hacia los aspectos toyotistas.** (Grifos nossos).

A questão dos desequilíbrios regionais e do subdesenvolvimento, que se agravaram a partir da nova ordem produtiva internacional, passaram a ser objeto de novas abordagens que corresponderam a diferentes categorias analíticas relativas aos enfoques do **desenvolvimento**. Com bastante propriedade, Boisier (2000, p.83) investe contra a proliferação desses enfoques:

El desarrollo es la utopía social por excelencia. En un sentido metafórico **es el miltoniano paraíso perdido de la humanidad, nunca alcanzable ni**

recuperable debido a su naturaleza asintótica al eje de su propia realización. En la práctica, y el breve recuento de su historia más contemporánea así lo prueba, cada vez que un grupo social se aproxima a lo que es su propia idea de un “estado de desarrollo”, inmediatamente cambia sus metas, sean cuantitativas o cualitativas. Demos gracias a ello: de otra manera la humanidad todavía estaría dibujando bisontes en alguna cueva del sur de Europa! Hay autores, como Veiga (1993), que hablan de la “**insustentable utopía del desarrollo**”. Quizás en parte debido a ello, a su propia naturaleza utópica y en parte también debido a nuestro sobre-entrenamiento intelectual en las disyunciones analíticas cartesianas, se ha producido paulatinamente una verdadera polisemia en torno al desarrollo, es decir, una multiplicidad de significados cada uno de los cuales reclama identidad única en relación al adjetivo con que se acompaña el sustantivo “desarrollo”. Así **se asiste a una verdadera proliferación de “desarrollos”: desarrollo territorial, desarrollo regional, desarrollo local, desarrollo endógeno, desarrollo sustentable, desarrollo humano y, en términos de su dinámica, desarrollo “de abajo-arriba” (o su contrapartida, “del centro-abajo”)** y otros más. Incluso se observa, en el más puro estilo del cartesianismo, la especialización funcional de instituciones académicas y políticas, unas ocupadas de ésta o de esta otra categoría, como si fuesen categorías independientes (Grifos nossos).

Entre as categorias do desenvolvimento que se encontram na moda destacam-se as relacionadas ao **desenvolvimento sustentável; desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno.**

O enfoque do **desenvolvimento sustentável** surgiu logo após a Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo promovida pela ONU em 1972. Foi gerado como uma reação de vários intelectuais, às propostas de D. H. Meadows, do "Clube de Roma," que, no estudo, *The Limits to Growth* produzido em 1972, concluía que, **mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos.** O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente "catástrofe" mundial. Intelectuais, dos próprios países desenvolvidos, consideraram que em sua tese sombria Meadows e o seu grupo estavam preconizando o fim do crescimento da sociedade industrial e das perspectivas dos países subdesenvolvidos, visto que a partir dela, se motivaria o bloqueio do desenvolvimento

dos países pobres, com uma justificativa ecológica. Entre os opositores a Meadows destacam-se o canadense Maurice Strong que lançou em 1973 o conceito de **eco desenvolvimento**, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Como uma derivação do conceito, surgiu, em 1987, a expressão **desenvolvimento sustentável** adotada pela World Commission On Environment and Development (1987) presidida por Gro Harlem Brundtland, em seu relatório *Our Common Future* também conhecido como Relatório Brundtland. Esse novo conceito foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a Cúpula da Terra de 1992 (Eco-92) - no Rio de Janeiro. Segundo Ignacy Sachs os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Constitui assim a grande preocupação dos adeptos do desenvolvimento sustentável, o futuro das novas gerações e a premência de políticas que possam conduzir a humanidade a um desenvolvimento harmônico e, prioritariamente, sustentável nos períodos vindouros.

Há, porém quem discorde de certas aplicações dos conceitos de sustentabilidade. Este é o caso de Herman Daly, um dos criadores do conceito de **crescimento deseconômico**⁶. Segundo Mander e Goldsmith (1996, p. 207) Daly afirma que **o crescimento econômico sustentável simplesmente já não é uma opção tida como séria**. Nem o é o desenvolvimento, pelo menos no sentido em que o termo é utilizado (envolvendo crescente exploração dos recursos). Daly acredita ser possível e desejável um desenvolvimento qualitativo, que aumente a qualidade de vida das pessoas, sem exploração excessiva dos recursos e, portanto sem aumentar o impacto no ambiente natural.

⁶ O crescimento deseconômico ocorre quando o incremento na produção acontece com um custo em recursos e em bem-estar maior do que o dos itens produzidos. . Herman Daly é considerado o fundador da Economia Ecológica.

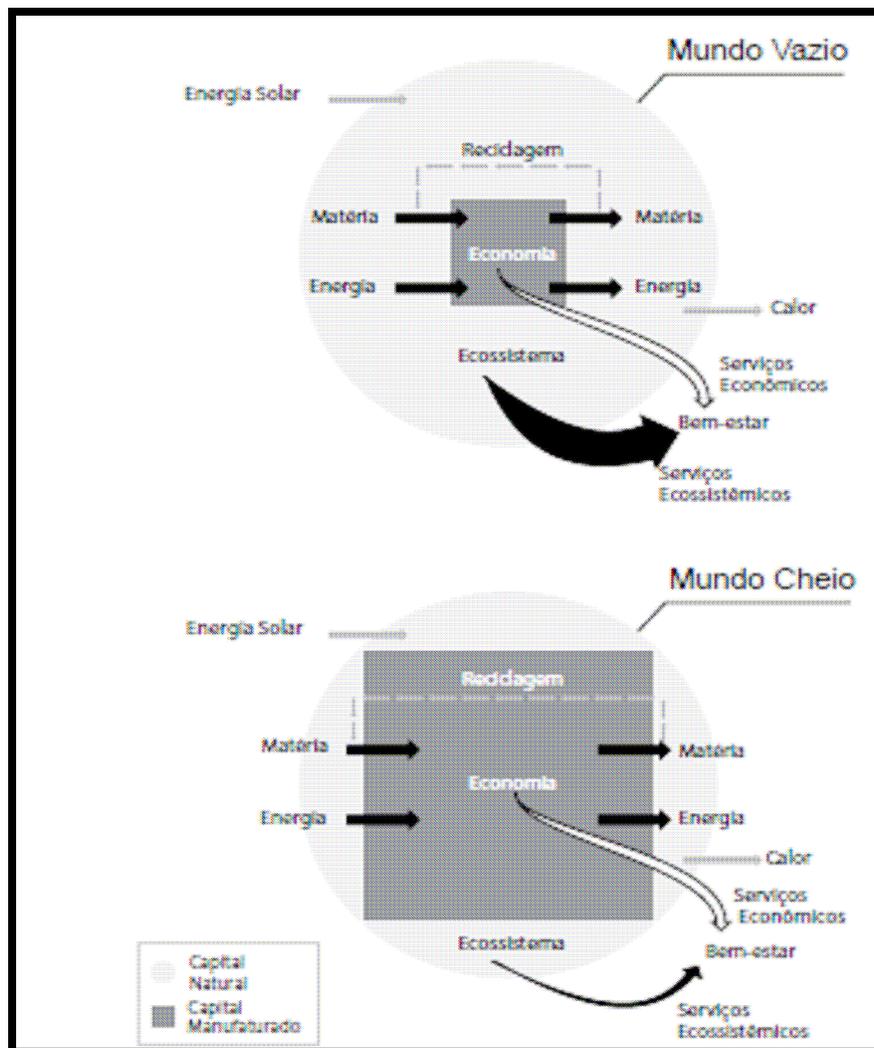


Figura 2 – Uma visão de dois estágios da economia na ótica da Economia Ecológica.

Fonte: Daly (2007) apud Enriquez (2008, p.14)

Daly, apud Mander e Goldsmith (1996, p.208) afirma que nas suas dimensões físicas, **a economia é um subsistema do ecossistema da Terra, que é finito, não expansível e materialmente fechado**. À medida que cresce, o subsistema econômico incorpora uma cada vez maior proporção do ecossistema total em si, querendo atingir o limite, a 100 por cento. Então, o seu crescimento não é sustentável. O termo *crescimento sustentável* quando aplicado à economia é um mau oxímoro - contraditório enquanto narrativa não evocativo enquanto poesia. Ainda segundo Daly:

(...) os economistas dirão que o crescimento no PNB é uma mistura de aumentos quantitativos e qualitativos e por isso não sujeito a leis físicas. E têm alguma razão. Mudanças quantitativas e qualitativas são coisas muito

diferentes, sendo por isso melhor estar separadas e conhecidas por nomes diferentes quando as procuramos num dicionário. **Crescer significa aumentar naturalmente no tamanho, com a adição de material através de assimilação ou acreção, Desenvolver significa expandir ou realizar o potencial de; fomentar gradualmente para um estágio mais pleno, maior, ou melhor. Quando alguma coisa cresce, fica maior. Quando algo se desenvolve, fica diferente.** O ecossistema da Terra desenvolve-se, mas não cresce. O seu subsistema, a economia, deve eventualmente parar de crescer, mas continuar a desenvolver-se. **O termo desenvolvimento sustentável, portanto, faz sentido quando usado em economia, mas apenas se for compreendido como desenvolvimento sem crescimento** - melhoramento qualitativo de uma base económica física que é mantida numa situação estável através de uma exploração de matéria-energia dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. **Actualmente o termo desenvolvimento sustentável é usado como sinónimo para o oxímoro crescimento sustentável. Deve ser salvo deste engano.** (p.208). (Grifos nossos).

O enfoque do **desenvolvimento local** é o que predomina no exame do contexto regional, influenciando as proposições de políticas para o enfrentamento dos problemas gerados pelas desigualdades regionais. Apresenta, contudo, um problema de base que consiste na definição clara do significado de **local**. Para alguns é sinónimo de rural, para outros se refere a processos socioeconómicos em uma área territorial de reduzido tamanho, havendo também quem o considere equivalente ao desenvolvimento regional⁷. Este enfoque ganhou substancial alento na Europa, mercê do seu processo de unificação política e, sobretudo económica, quando as propostas de desenvolvimento local encontraram espaço para aplicação devido à conjuntura favorável (na época) e aos substanciais recursos disponíveis para o financiamento de projetos dos sistemas produtivos locais que até então operavam em condições precárias⁸.

Na verdade, **o desenvolvimento local apresenta-se menos como uma teoria do desenvolvimento da região do que como um paradigma novo do desenvolvimento: desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado, desenvolvimento “por baixo”, opondo-se ao desenvolvimento por cima, que fundava as práticas anteriores.** Esse novo enfoque foi elaborado em

⁷ Tendo sido criado na Europa o termo local pode ser aplicado a cada um dos países que compreendem a região entendida como União Europeia.

⁸ Programa Leader da União Europeia.

meados dos anos 70, graças às ideias de W. Stöhr e F. Taylor. (1981) e J. Friedman (1964). O desenvolvimento local preconiza a flexibilidade opondo-se à rigidez das formas de organização clássica; uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se as estratégias centralizadas de manejo do território. (Benko 1994, p. 228).⁹(Grifos nossos).

Boisier (2000, p.86) afirma que o desenvolvimento local constitui uma **prática sem teoria**, circunstância que responde por uma considerável confusão na literatura que trata do tema. Esta é a mesma opinião de Guimaraes (1997; 281), para quem: “The term ‘local economic development’ (LED) describes a practice without much theoretical underpinning: a practice that would benefit from, but may actually never find, comprehensive and applicable substantive theory”. Boisier afirma que o desenvolvimento local:

(...) es un concepto que reconoce por lo menos tres matrices de origen. Primeramente, el desarrollo local **es la expresión de una lógica de regulación horizontal que refleja la dialéctica centro / periferia, una lógica dominante en la fase pre-industrial del capitalismo**, pero que sigue vigente aunque sin ser ya dominante. En segundo lugar, el desarrollo local **es considerado, sobre todo en Europa, como una respuesta a la crisis macroeconómica y al ajuste, incluido el ajuste político supra-nacional implícito en la conformación de la UE**; casi todos los autores europeos ubican el desarrollo local en esta perspectiva. En tercer lugar, el desarrollo local **es estimulado en todo el mundo por la globalización y por la dialéctica global/local que ésta conlleva**. En otras palabras, hay tres racionalidades que pueden operar detrás del concepto de desarrollo local y no **pocos errores prácticos provienen de una mala combinación de instrumentos y de tipo de racionalidad. Por ejemplo, se copian instituciones y medidas de desarrollo local ensayadas en Europa (desarrollo local como respuesta) y se intenta aplicarlas en América Latina (desarrollo local como lógica de regulación horizontal)**. (2000, p.86) (Grifos nossos).

⁹ Segundo Arocena (1995)... *desde nuestra óptica, el desarrollo local no dispone de un cuerpo teórico propio o autónomo de las “teorías del desarrollo”*. Por el contrario, existen diversas teorías del desarrollo que tienen diferentes implicancias en su forma de ver lo local.

Na mesma direção de Boisier, e de forma mais direta, Gonzalez (1998, p.14) preocupado com o rigor científico, na abordagem desta questão, alertava quanto à aplicação deste conceito aos países emergentes.

(...) a las puertas del siglo XXI el método y la difusión del Desarrollo Local ha adquirido una escala, como no podía ser menos global. Ya no sólo en el ámbito europeo, donde se concretó de forma pionera, sino en **también en espacios menos favorecidos, como los sudamericanos, el Desarrollo Local se encuentra entre las prioridades de investigadores, planificadores y agentes políticos decisivos. (...)** En este momento surge una duda referida a la idoneidad y a la posibilidad de extrapolar la metodología del Desarrollo Local (conceptualizada y aplicada en el ámbito europeo) a un territorio y a una sociedad como puede ser la brasileña. Los grandes contrastes y diferencias entre aspectos tan variados como las estructuras territoriales, los niveles infraestructurales, la organización social, las fórmulas de comercialización, las estructuras administrativas y de relación política,... y otros aspectos más de incidencia directa sobre el desarrollo, aconsejan una no translación inmediata y mimética de los puntos del D.L., tal como se entiende desde una perspectiva europea. Es necesario, por consiguiente, profundizar en las carencias y prioridades necesarias sobre las que es necesario intervenir para lograr un verdadero desarrollo a una escala local. **Buscar nuevas alternativas, discurso, métodos, y, en definitiva, evitar soluciones estandarizadas que pueden dificultar alcanzar los objetivos deseables.** (Grifos nossos).

O **desenvolvimento endógeno**, a despeito da sua atual popularidade, **é uma categoria tão confusa quanto a anterior**, com a qual é frequentemente confundida. Vários autores se esforçam para encontrar uma distinção entre o **local** e o **endógeno**. Um esforço estéril e destinado a integrar a lista de discordâncias e polêmicas conceituais da ciência regional. O que se pode supor é que o desenvolvimento local constitui um refinamento do desenvolvimento regional enquanto **o desenvolvimento endógeno constitui um processo localizado especificamente numa cidade**¹⁰, sendo próprio dos novos modelos de crescimento econômico global ou agregado **que fazem da inovação tecnológica um fenômeno interno a própria função de produção**, como em Lucas e em Romer, deixando no passado a concepção

¹⁰ A cidade é um território formado por um espaço construído e por um conjunto de atores que tomam as decisões de investimento e de localização das atividades produtivas...a cidade é mais que um mero ponto no espaço (Barquero,2001, p.23)

neoclássica de “fator residual” de Solow, como o mostra Barquero (2001, p.17). Assim, segundo Boisier (2000, p.93), “*el desarrollo endógeno se produce como resultado de un fuerte proceso de **articulación de actores locales** y de variadas formas de **capital intangible**, en el marco preferente de un **proyecto político colectivo** de desarrollo del territorio en cuestión.*” É entendido, também, como um processo de crescimento e **mudança estrutural** que se produz como consequência das transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas; da utilização de economias externas e da **introdução de inovações** o que gera o aumento do bem estar da população de **uma cidade**.

Barquero (2001, p.25) afirma que a despeito de não depender especificamente da gestão governamental, os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento que é gerado quando as **instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente**.

Mas é importante notar que estes processos de desenvolvimento dependem, e muito, das construções sociais, que se expressam nas dimensões simbólicas. Assim sendo, no seu planejamento não podem deixar de ser levados em consideração fatores intangíveis que regem determinada comunidade, tais como **os valores, as crenças, os ritos, a tradição, os conhecimentos atávicos, a confiança na relação comunidade / agentes, e as experiências coletivas marcantes que resultam numa teia comportamental, normalmente denominada de cultura**.

O desenvolvimento endógeno também obedece a uma visão territorial (e não funcional) dos processos de crescimento e mudança estrutural, que parte de uma hipótese de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas também que é um agente de transformação local.

Observe-se a marca da teoria Schumpeteriana do desenvolvimento capitalista em toda a formulação básica do enfoque do desenvolvimento endógeno. Note-se, também, que esta **teoria não se aplica aos países subdesenvolvidos**, notadamente às suas regiões mais atrasadas, como no caso, o Nordeste Brasileiro¹¹.

¹¹ Os estudos localistas avaliam as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento e aprendizagem, enraizadas naquele território singular, criando, com suas investigações, listas *ad hoc* dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente *region-specific*. **Muitos destes trabalhos negligenciam**

Souza (1999, p.189) afirma que *a teoria schumpeteriana é mais adequada para países com elevado estoque potencial de empresários, com disponibilidade de capitais emprestáveis e com grandes possibilidades de criar novas tecnologias próprias*. E conclui dizendo que *essas condições nem sempre se verificam nos países subdesenvolvidos. E o problema da teoria schumpeteriana, como de qualquer outra teoria sobre o desenvolvimento econômico é a dificuldade da sua generalização* (Grifos nossos).

CONCLUSÃO

Quem conseguiu chegar ao final deste texto deve imaginar que diante de tanto pessimismo muito pouco se teria que fazer na área do desenvolvimento regional. Caberia sentar e rezar! Mas isto é um engano. O que fizemos foi apontar algumas críticas importantes à teoria do desenvolvimento regional que merecem uma maior reflexão por parte dos estudiosos do tema visto que não partiram de iniciantes¹².

Reunimos opiniões ideologicamente distintas de economistas como Paul Baran e Celso Furtado, entre outros. Para o primeiro somente a vitória do socialismo romperia o sistema de dominação capitalista, pois o capitalismo era heterogêneo, desigual e hierárquico, e o subdesenvolvimento era causado pelo seu desenvolvimento contraditório. Segundo Baran, (apud Fiori, 2012 p 1) o capitalismo monopolista e imperialista teria bloqueado definitivamente o caminho nos países atrasados. Celso Furtado, por seu turno, responde a Meadows, do Clube de Roma, e ao seu estudo *The Limits to Growth (1972)* afirmando que “a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema” (1974 p 75). Assim sendo, “uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento.” Destaca, porém que a importância desse modelo que aponta para essa ruptura cataclísmica reside no fato de que ele proporciona uma demonstração rigorosa de que “o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria”. Para Furtado, o custo desse estilo de vida, em termos de “depredação do mundo físico, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao

que o comando maior destes processos está fora do espaço sob análise. Além disso, segundo esta literatura, **neste ambiente** portador do “novo desenvolvimento”, o esforço cívico e o engajamento solidário-associativista **passam ao largo de um Estado que se apresenta apenas enquanto um “voyeur” das vontades de produzir vantagens comparativas e sinergias localizadas e, por vezes, de alguma rede de filantropia para os excluídos do processo de “seleção natural”**. (Brandão, 2002). (Grifos meus).

¹² Muito mais teríamos a dizer se não fossemos limitados pelas 20 páginas fixadas pela Editoria.

colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana.” Mas acrescenta que, “por esta razão, o *desenvolvimento econômico* - a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* - é simplesmente irrealizável.” Ou seja: “as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista”. O que não impede que esta idéia seja utilizada com grande eficácia “para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (1974 pp 75,76).

Assim, diante de tudo isso, como diria Arrighi (1997) existe uma ilusão desenvolvimentista que ignora completamente o sistema consolidado de trocas desiguais entre os países, estados ou regiões industrializadas e os países, estados ou regiões pobres que sobrevivem em sua periferia. Ou, como vaticinou Walerstein (1998), que **a existência da periferia é essencial para a estabilidade da economia capitalista mundial**. A confirmação deste padrão e a perspectiva da sua irreversibilidade são também demonstradas por Arrighi (1997), que fala da divisão da riqueza pessoal em dois tipos que estão separados por obstáculos intransponíveis. O primeiro deles refere-se à **riqueza democrática** que constitui “um domínio sobre os recursos que, em princípio, está disponível para todos em relação direta com a intensidade e eficiência de seus esforços” (Arrighi, 1997, p 216). O segundo tipo é constituído pela **riqueza oligárquica** que nada tem a ver com a intensidade e a eficiência de quem a possui e **nunca está disponível para todos**, por mais intensos e eficientes que sejam seus esforços. Isso se demonstra pelo conceito de troca desigual que explica não podermos todos ter domínio sobre produtos e serviços que incorporam o tempo e o esforço de mais de uma pessoa de eficiência média. “Se alguém o tem, isso significa que outra pessoa está trabalhando por menos do que ele ou ela deveria controlar, se todos os esforços de igual intensidade e eficiência fossem recompensados igualmente” (Arrighi, 1997, p. 216). **Assim o uso ou o gozo da riqueza oligárquica pressupõe a eliminação de outros**. O que cada um de nós pode realizar, não é possível para todos. Segundo Arrighi ao transpormos este raciocínio para a análise dos sistemas mundiais (e regionais) numa economia capitalista encontramos um problema de “adição” semelhante e muito mais sério do que aquele que enfrentam os indivíduos quando buscam obter riqueza pessoal. “As oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um estado de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para

todos os estados” (Arrighi, 1997, p.217). Como afirma Wallerstein (1988), “desenvolvimento neste sentido é uma ilusão” Ou seja: a riqueza dos estados do núcleo orgânico (o chamado Primeiro Mundo em termos globais, a região Sudeste no caso brasileiro) é análoga à riqueza oligárquica de Harrod. Esta riqueza não pode ser generalizada porque se fundamenta em processos de exploração e de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população num contexto regional.

Após estas considerações justificativas da nossa visão pessimista, fundamentada em tão ilustres pensadores contemporâneos, também criticamos, na linha de Sérgio Boisier, a crescente nomenclatura com a qual se adjectiva o desenvolvimento e que pululam em nossa literatura. Em verdade esta adjectivação “no sólo produce confusión sino que sobre todo, lleva a una verdadera *tautologización* del concepto, ya que el desarrollo es precisamente –si se le entiende bien-- exactamente todo aquello que se le atribuye. Como consecuencia, la identificación de medidas a favor del desarrollo se hace difícil e ineficiente.”(Boisier, 2001, p 1).

Mas não se trata apenas de uma questão tautológica, estas novas categorias inseridas na teoria do desenvolvimento regional, tais como desenvolvimento local, endógeno, autossustentável, integrado, comunitário que representam diferentes estratégias e, por isto mesmo, comportam diferentes abordagens, não possuem aderência aos fenômenos observados nas comunidades periféricas, por derivarem em suas formulações originais de escopos diferentes, construídos a partir de culturas e realidades tecnologicamente mais avançadas não correspondendo assim ao objeto real das suas investigações e intervenções. O rigor científico exigido de quem trabalha com as ciências sociais fica assim distorcido, confundindo e dificultando, em termos gerais, o sentido de políticas públicas adotadas sob o rótulo dessas denominações.

Diante do exposto, fica claro que a teoria do desenvolvimento, em suas diferentes adjectivações ainda necessita encontrar modelos que se apliquem à periferia, contemplando as diferentes realidades e estágios socioculturais. Como a economia é afetada pelas mudanças do mundo que a rodeia, as causas e a explicação do desenvolvimento devem ser buscadas, também, fora dos estudos da teoria econômica.

Cabe, porém uma certeza de que um dos pilares fundamentais da política de desenvolvimento regional reside na substancial melhoria de qualificação dos recursos humanos por meio da adequação da oferta de capacitação às necessidades dos diferentes sistemas produtivos locais. A isto se podem associar iniciativas que favoreçam a difusão das inovações no tecido produtivo da localidade ou do território. A criação de um ambiente inovativo constitui uma medida de longo prazo caracterizada pelo engajamento gradativo das pessoas de boa qualificação nas causas de inovação e modernização tecnológica, mediante programas de qualificação seja de pessoal, seja das atividades técnicas e produtivas e, principalmente, a indução da cooperação entre os atores envolvidos, seja entre firmas competidoras ou entre usuários e produtores.

Desta forma, conclui-se que a retomada da discussão acerca do desenvolvimento parece indispensável nos dias de hoje, seja em razão da situação de estagnação econômica e da deterioração das condições sociais de vastas regiões da periferia capitalista nesse contexto de globalização, seja em razão dos próprios limites ecológicos da sociedade de consumo. O grande desafio consiste em repensar o desenvolvimento levando em consideração esse conjunto de problemas.

REFERÊNCIAS

- Ane, Relatórios** 2011. *Ranking da Economia Mundial: Produto Interno Bruto*. Disponível em: <http://academia-ane.blogspot.com.br/2011/02/pib-ranking-da-economia-mundial-gdp-ppp.html>. Acessado em 10 de abril de 2012.
- Arocena, José.** , 1995. *El desarrollo local como desafío contemporáneo*. Montevideo: CLAEH-Nueva Sociedad,
- Arrighi, Giovanni.**, 1997. *A ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Baran, Paul** .,1960. *A Economia Política do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar
- Barquero. Antonio Vasquez.** , 2001 *Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Benko, Georges; Lipietz, A.** (Org.), 1994. *As regiões ganhadoras*. Oeiras, (Pt.): Celta Editora.
- Boisier, Sergio.**, 2000. Desarrollo (local)? De qué estamos hablando. In: *Desenvolvimento local -regional: Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 151-185.

Brandão, A. B., 2002. Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento. In: *VII Encontro Nacional de Economia Política*. Anais... Curitiba-PR, maio de Bussato, Maria Isabel; Costa Pinto, Eduardo.,2005. A nova Geografia Econômica: uma perspectiva regulacionista. *I Encontro de Economia Baiana – Salvador*.

Fiori, José Luis., 2012. *Para reler o “velho desenvolvimentismo”?* Disponível em : <http://www.cartamaior.com.br/templates/coluna> Acesso em 03.Mai.2012.

Daly, Herman. , 1996. “Sustainable growth? No thank you”. In: Mander, Jerry; Goldsmith, Edward (Orgs.). *The case against the global economy (and for a turn toward the local)*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996, p. 192-96.

Enríquez, Maria Amélia Rodrigues da S. (2008) O custo de oportunidade dos recursos naturais não-renováveis em um mundo cheio, na perspectiva de Herman Daly. *Eco – Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. N° 19, set/dez.

Furtado, Celso., 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guimarães, S.P., 1999. *Quinhentos Anos de Periferia: Uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional* Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Guimaraes J.P. de C., 1997. Local Economic Development: The Limitation of Theory. In: B. Helmsing y J. Guimaraes (eds.) *Locality, State and Development*. Essays in honour of Jos G.M. Hilhorst. The Hague: ISS.

González, Román Rodríguez. , 1998. La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, nº1, Novembro.

Hirschman, A., 1980. Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo. *El Trimestre Económico*. México: Fondo de Cultura Económica, v.47, n.188

Hobsbawm, E. J., 1995. *A era dos extremos. O breve século XX : 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras..

Huxley, Aldous.,1969. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Brail.

Lipietz, Alain., 1995. El mundo del postfordismo, In: *Revista Nuestra Bandera/Utopías*, nº 166, Madrid

Mander, Jerry; Goldsmith, Edward., 1996. *Economia local, Economia global: a controvérsia*. Lisboa: Piaget.

Meadows DH; Meadows D; Randers J; Behrens III. , 1972. *The Limits to Growth*. Earth Island, London, UK.

Orwell, George., 2005. *1984*. 29ª ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)., 2011. *Informe sobre Desarrollo Humano*. Sostenibilidad y equidad: un mejor futuro para todos. Nueva York, NY: PNUD.

Satrústegui, Koldo Unceta., 2009. Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo: una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. Montevideo: *CLAES: Carta Latinoamericana: contribuciones en desarrollo y sociedad en América Latina*. N° 7, Abril de 2009.

Stöhr, W.; Taylor, D.R.F. (Orgs.). , 1981. *Development from above or below*. Chichester: Wiley.

Storper, Michael; Scott, Allen J., 1986. The wealth of regions. Market forces and policy imperatives in local and global context. In: *Futures*. Vol. 27, n.º 5.

Souza, Nali de Jesus. ,1999. *Desenvolvimento Econômico* – 4ª. Ed. São Paulo: Atlas

Wallerstein, I., 1998. The Rise and Future Demise of World-Systems. *Analysis Review*, New York, v. XXI, n. 1, p. 103-112.

World Commission on Environment and Development. 1987. *Our Common Future*. Oxford University Press,